

DIVERSIDADE CULTURAL E VALORES HUMANOS: O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-INDÍGENA

Paulo Sérgio Barros

As qualidades ou virtudes são construídas por nós no esforço que nós impomos para diminuir a distância entre o que dizemos e o que fazemos.

Paulo Freire

Sofremos de uma carência de compreensão.

Edgar Morin

A missão do educador não é de apenas transmitir conhecimento, mas também refletir e compartilhar sobre valores humanos em diálogo com a realidade social e os componentes curriculares. Freire (1996, p.94), a propósito, disse que “nunca foi possível separar em dois momentos o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos. O ensino dos conteúdos implica o testemunho ético do professor”.

Um dos elos que estabelecem as relações socioculturais entre sociedades de outrora, bem como do mundo atual, são os valores que almejavam e praticavam ou almejam e praticam. O que ansiavam os escravos romanos quando se rebelavam contra a rigidez dos grupos sociais e do governo que os exploravam; o que queriam os revolucionários franceses do século XVIII e os manifestantes da primavera árabe, senão a liberdade, a justiça, a igualdade? O que almejavam os brasileiros que saíram às ruas em manifestações que emergiram em junho de 2013, senão a honestidade, o respeito e a justiça?

Qualquer assunto de história cria mais dinamicidade, mais envolvimento e identificação por parte dos estudantes, quando manifesta simultaneidade entre o estudo dos conteú-

dos com a reflexão e a vivência de valores. Trata-se de uma prática possível, efetiva e necessária¹. Ela nos põe em sintonia com os desejos, as necessidades, as vontades e as utopias pessoais e coletivas da história pretérita, presente e futura. Cria estreitos liames entre diferentes tempos históricos, culturas e sociedades e a realidade atual. Os anseios por justiça, respeito, tolerância, equidade social, por exemplo, eram tão apreciados outrora como o são hoje; o repúdio à desonestidade, à violência, à intolerância, às injustiças, à iniquidade social por parte de grupos sociais marginalizados sempre houve e certamente haverá. Isso os fará manifestarem-se por sociedades mais éticas.

Refletir, praticar e compartilhar o respeito, a tolerância, a cooperação, a solidariedade, a justiça, a paz etc. no espaço escolar, enquanto estudando a História, entendendo seus conceitos, seus processos, suas temporalidades é uma forma de intervir no mundo, de entender e aceitar as alteridades, de contribuir para uma cultura de convivência pacífica do âmbito local ao global.

O objetivo deste artigo é compartilhar experiências pedagógicas desenvolvidas com o ensino de História em sintonia com uma formação ética dos discentes. Isso é possível quando há na instituição educacional e entre os sujeitos envolvidos no processo de educação, um comprometimento com a dignidade pessoal e coletiva, bem como com as transformações que o mundo necessita nas esferas sociais, ambientais, ética etc. As experiências pedagógicas a serem mostradas neste texto, acontecem com o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena. Porém, o artigo não intenta abordar os

¹ Autores como Mondani (2010), Selbach (2010) e Napolitano (2010) sugerem temáticas e metodologias para trabalhar com assuntos como: cultura, direitos humanos, valores etc.



percursos teóricos e metodológicos da temática em foco, mas mostrar algumas possibilidades e experiências do ensino da História, em diálogo com a formação humana.

Valores e História

O ensino da História também pode converter-se em uma educação para a paz, para uma relação de respeito consigo, com as alteridades e com meio ambiente. Seja qual for o assunto em estudo, uma postura crítica, fundamentada em princípios éticos face ao conhecimento, às experiências históricas de várias sociedades, ao juízo de valor que criamos sobre o que estudamos, entendemos, vivenciamos e compartilhamos historicamente, deve estar no cerne do ensino da História.

As aulas de História, independentemente do tempo histórico em foco, é também uma reflexão crítica, viva e explícita do momento presente de professores e estudantes. Nessa perspectiva, entender as noções de tempo como passado, presente, mudanças, permanências, simultaneidades etc., categorias e conceitos sobre fenômenos históricos e as sociedades de outrora e de hoje, conduz os estudantes a apreciarem os valores culturais e éticos dessas diferentes sociedades. Mondaini (2010, p.56) afirma que não há “saída possível que não passe antes de tudo pelo terreno da sala de aula, isto é, pelo espaço da educação – uma educação ao mesmo tempo qualificada em termos de conteúdo e comprometida eticamente com a dignidade da pessoa e a transformação social”.

A História, como qualquer disciplina, intervém no processo de formação humana dos educandos. Ela deve sempre ensinar a pesquisar e a produzir criticamente, a debater os fatos e a realidade histórica, mas deve também ser uma fonte de inspiração, a partir dos acontecimentos pretéritos e presen-

tes, para o entendimento e a prática da tolerância, do respeito, da paz, da solidariedade, da esperança, do diálogo etc.

Selbach (2010, p.93-94), refletindo sobre os quatro pilares da educação, propostos por relatório da UNESCO, afirma que não se é “professor de verdade se as aulas não estão ajudando o aluno a conhecer, por conhecer saber fazer, por bem saber melhor compartilhar, e assim, ao “ser”, autoconhecendo-se, privilegiando pessoas e não coisas, ajudando a mudar o mundo em que vive e onde aprende a conviver”. Aprender a conviver com a diversidade é uma experiência que deve estar na sala de aula, nos textos, nas reflexões, nas vivências cotidianas e nas experiências históricas de estudantes e professores. Na história há exemplos que nos mostram as dificuldades de sociedades, grupos e indivíduos de compreender e aceitar pessoas e grupos de culturas diferentes da sua. Ensinar a aprender a conviver com a pluralidade étnica, de credo, de orientação de vida também é um papel da escola. Nela, pode-se refletir como poderia ter sido evitado ou podemos evitar conflitos e injustiças sociais, se tivéssemos sido ou fossemos mais respeitosos, compreensivos e tolerantes. Há, como afirma Edgar Morin (2005) uma “carência de compreensão” entre nós humanos. A escola deve estar atenta a esse fato.

Freire (1996, p.72) fala de “uma relação entre a alegria necessária e a atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria”. A esperança é, para ele, um condimento indispensável à história. “Sem ela não haverá história, mas puro determinismo”.

Passa também pelas aulas de história o sentido de equidade social, com liberdade individual e respeito à diversidade. Mondaini (2010, p.58) insere essa questão na percepção dos

direitos adquiridos historicamente como: os direitos civis, e os políticos, os direitos sociais, os direitos dos povos e da humanidade. Essa cidadania é movida pelo respeito, a justiça, a igualdade, a tolerância e a paz. Ela deve ser estudada, refletida e vivida na sala de aula.

História e Cultura Afro-Indígena na Escola

As iniciativas para uma educação que contemple a diversidade têm promovido bons debates, reflexões e práticas pedagógicas inovadoras. As leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 que tratam do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira e indígena, respectivamente, representam um salto de qualidade nessa perspectiva. Contudo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1988, já propunham diretrizes nesse sentido, ao inserir como tema transversal para a educação a Pluralidade Cultural e a Ética. De acordo com os PCNs, a escola é um locus privilegiado para a promoção da equidade e eliminação de toda forma de discriminação e racismo. A escola pode possibilitar em seu interior a convivência de pessoas com diferentes origens étnico-raciais, culturais e religiosas (BRASIL, 1998).

Porém, as referidas leis procuram sistematizar o ensino das temáticas abrindo espaços para debates, publicações e cursos de formação. Conforme Rocha (2013, p.3-4) as leis “direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica para a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente negros, afrodescendentes e indígenas”. Autores como Rocha (2013) e Silva (2012) chamam a atenção para a importância da educação étnico-racial. Silva, a propósito da educação indígena, ressalta a visibilidade que o ensino de história e cultura indígena

pode dar para uma educação étnico-racial sem “estereótipos” e “folclorização”.

Essas temáticas são de importância seminal para o aprendizado de uma convivência ética com a diversidade. A “introdução da história da África, das culturas afro-brasileiras e indígenas insere-se na condição contemporânea do ensino de história e da educação como formadores e identidades” (ROCHA, 2013, p.5).

História e Cultura Afro-Brasileira

O ensino de história africana e afro-brasileira vem se configurando, ao longo da última década, uma realidade, mesmo que ainda de forma tímida. A Lei nº 10.639/2003, tornou seu ensino obrigatório para a educação básica. A mencionada lei surgiu como um aprofundamento das reflexões sobre a questão e lançou propostas teóricas e metodológicas para o ensino do tema em sala de aula. A partir dela, começaram a surgir produções, cursos e discussões mais profundas sobre o assunto, proporcionando mais visibilidade, reflexão sobre o seu ensino.

Apesar das propostas da lei não terem sido levadas a cabo com tanta efetividade, entendemos que a atitude de instituições e de educadores que a põem em prática, a importância que a produção de material didático tem dado à questão, tem produzido efeitos significativos. Uns dos aspectos relevantes é o viés ético dado ao ensino da temática. Ribeiro (2007, p.01) nessa perspectiva, afirma que “todas as pessoas têm o direito de ter respeitada e valorizada sua identidade étnico-racial e histórica, sua identidade de classe social”. Abrir espaço para o ensino da história afro-indígena, bem como de outros grupos sociais e etnias, é primordial para convivermos harmoniosamente com a diversidade.



Ao observarmos as relações entre os estudantes, no ambiente escolar, vemos que há mudanças significativas em seu comportamento. Tanto os alunos afrodescendentes ou não adquirem uma percepção diferente sobre África, a cultura afro-brasileira, o racismo etc. Percebemos que os estudantes afrodescendentes passam a observar sua identidade étnica com mais entendimento, aceitação e autoestima. Nessa perspectiva, é primordial que o trabalho com a temática seja permeado por uma percepção de educação que revele a igualdade e a diversidade como valores universais em todos os níveis e assuntos abordados em sala de aula.

É importante ressaltar que os sentimentos de convivência e respeito não estejam superficialmente relacionados às questões raciais, sociais, culturais. Eles devem partir da premissa de que nós, seres humanos, somos, em essência, éticos, espirituais e iguais. Há uma série de fatores que nos diferenciam social e culturalmente. Contudo, há uma ética da condição humana. Mesmo que nossas diferenças de etnias, grupos, classes e nações sejam inquestionáveis, nossos problemas são os mesmos: necessitamos de paz e compreensão, de respeito e de segurança na nossa relação com o outro e com o meio ambiente. Ribeiro (2005) salienta, a propósito, que devemos privilegiar as relações não autoritárias, solidárias e respeitadas das diferenças entre as pessoas, pois trata-se de elementos centrais dos princípios éticos. Isso possibilita o desenvolvimento pessoal e a construção da autoestima e proporciona uma estética da sensibilidade, ou seja, um sentimento de ligação, de “empatia generalizada” em relação a “tudo que vive e a tudo que existe”.

Há muitos educadores engajados com essa história “das relações étnico-raciais” a partir de uma gama de perspectivas teórico-metodológicas. Contudo, centram sua ação em princípios éticos que balizam relações humanas para compreender

a diversidade. Fato que contribui sobremaneira para a compreensão da condição do outro. Compreensão que Edgar Morin (2005) afirma não sermos ensinados a praticar.

História e Cultura Indígena

Edson Silva (2013) ao refletir sobre o ensino de história e cultura indígena conclui que o tema é de capital importância para desfazer a imagem tradicional de um índio “genérico”, com um biótipo específico, habitante das florestas, cabelos lisos, corpos pintados, cheios de adereços, de cultura exótica, línguas estranhas, inferior ao branco, dentre outros estereótipos que historicamente foram construídos para representar os povos indígenas. Também é relevante para entender e reforçar reivindicações e conquistas políticas indígenas como: educação, saúde, demarcação de terras etc., bem como reconhecer a existência de uma variedade de povos indígenas no Brasil, mesmo que seja uma população ainda pequena. A presença de povos indígenas nas diferentes regiões do país, inclusive em espaços urbanizados, mostra uma grande diversidade cultural e histórica particular de cada etnia.

A Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura indígena nos currículos escolares do Brasil, malgrado carecer de definições, pois ainda se discute acerca das possibilidades de sua proposta, em especial no ensino de História, tem sido relevante para o ensino “das relações étnico-raciais”. Segundo Silva (2013, p.219-220), a lei possibilita a superação de uma lacuna na formação escolar e contribui para o reconhecimento e a inclusão das diferenças étnicas dos povos indígenas.

O ensino de história e cultura indígena, conforme Silva (2013, p.218), é primordial para parar de tratar as diferenças socioculturais como estranhas, exóticas e folclóricas.

(Re)conhecendo em definitivo os índios como povos indígenas com seus direitos de expressões próprias que podem contribuir decisivamente para a nossa sociedade, para todos nós, para a riqueza da humanidade.

A educação para a diversidade cultural, quer contemple os afrodescendentes, os indígenas ou qualquer outro grupo, dará contribuição importante para superar as diversas formas de iniquidade e exclusão social e eliminar preconceitos como o racismo. Superar essas questões significa desenvolver práticas de convívio tolerante, respeitoso e pacífico. Compreender o outro, sentir-se no seu lugar, apreciar sua contribuição cultural e histórica para a diversidade da humanidade é vivenciar esses valores. O ensino de história e cultura indígena é apenas um viés para olharmos para nós e o outro como semelhantes e ao mesmo tempo diferentes.

Compartilhando Experiências

Fundamentando-se nas reflexões supracitadas e nas experiências pedagógicas desenvolvidas com estudantes do ensino médio de uma escola pública², citamos a seguir algumas atividades que têm contribuído para incluir no currículo as propostas do ensino de História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena. O ensino dá-se de forma que os estudantes possam apreciar a pesquisa, a produção textual e a criatividade a partir do uso de diferentes linguagens e metodologias. A maior parte dos assuntos estudados estão inseridos no programa anual da disciplina de História. Outros temas são incluídos à medida que circunstâncias históricas, pedagógicas e da realidade social e cultural dos estudantes nos levam a pensar intervenções pedagógicas.

² Escola Estadual de Ensino Profissional Maria José Medeiros, em Fortaleza.

Assim, associados à pesquisa, a leitura e à produção textual, somam-se a produção de vídeos, dossiês, esquetes, organização de mesas-redondas, trabalho com música (como documento ou interpretação), aulas em museus, artes plásticas (desenho, grafite) fotografia e oficinas associando diferentes linguagens usadas no ensino da História às temáticas afro-indígenas e a valores humanos³.

Nos últimos dois anos os estudantes produziram vídeos sobre música, educação, arte, religiosidade e outros aspectos da cultura indígena e afro-brasileira. Também foram produzidos trabalhos sobre o racismo na sociedade e na escola, juventude e música afro-brasileira, povos indígenas no Ceará atual e cultura afro-brasileira no Ceará.

Alguns desses temas foram usados para debates em mesas-redondas, privilegiando textos de pesquisas históricas mais recentes sobre temáticas africanas e afro-brasileiras, sobretudo trabalhos publicados pela Revista Brasileira de História da Biblioteca Nacional, incentivando-se a pesquisa, a leitura, a reflexão e o debate. Outra atividade relevante são os dossiês produzidos por grupos de estudantes que levantam uma variedade de documentos e informações sobre diferentes temáticas afro-indígenas e depois os apresentam à classe. As eventuais aulas em museus e exposições aprofundam os conhecimentos sobre a temática, assim como desenvolvem a reflexão sobre o uso de diferentes linguagens para aprender História. Estudantes músicos têm sido incentivados a pesquisar e a cantar na sala de aula ou em eventos coletivos na escola, canções sobre temas afro-indígenas.

³ Algumas dessas atividades estão publicadas em um material sobre valores e sustentabilidade (Living Green Values) lançado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – RIO+20, em junho de 2012 e publicado pelo Programa Vivendo Valores na Educação (TILLMAN, 2013).

Algumas oficinas foram formatadas associando a temática afro-indígena a valores como a tolerância, o respeito, a paz, a cooperação, a fraternidade, a união, a justiça, a igualdade etc. Para tanto, usamos contos, poesia, música, a linguagem fílmica, artes plásticas, danças circulares indígenas, mitologia indígena e africana. Há sempre uma atenção para que, no âmago dessas atividades, esteja uma educação para a diversidade, fundamentada nesses valores universais já mencionados. Para dar mais força a esse aspecto, eventualmente oficinas sobre Paz, Respeito e Tolerância são feitas visando desenvolver a reflexão e a vivência desses valores⁴.

Considerações Finais: Perspectivas Abertas

De certa forma o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena tem muito a caminhar para ficar efetivamente inserido no currículo escolar. Contudo, a instituição das leis de 2003 e 2008 que torna obrigatório o ensino dessas temáticas no ensino básico, tem aberto perspectivas para discussões teóricas e metodológicas para novas experiências nessa seara. Pesquisas, cursos de formação e revisão do material didático têm proposto aos professores que trabalham com o assunto novos olhares e, conseqüentemente, novas experiências. O ensino de história e cultura afro-indígena é primordial para lidar com a multiplicidade de culturas que compõe a sociedade brasileira, em cuja formação está “brancos”, “negros”, “índios”, mas também outros grupos sociais e etnias que compuseram e formam nossa história.

Também é de importância seminal a vertente ética que deve estar no âmago do ato de educar. Entender a importância

⁴ Em artigos publicados em Matos (2010, 2011 e 2012) compartilhamos algumas dessas experiências desenvolvidas com estudantes na Escola Maria José Medeiros.

da educação para uma convivência pacífica e respeitosa com a sociodiversidade, faz parte da formação do indivíduo. Aprender ou fazer parte da história de africanos, afrodescendentes e indígenas ou de qualquer outro grupo ou etnia é importante para sabermos da constituição sociocultural do nosso país, mas também para aprendermos a conviver de forma equitativa com a diversidade. A escola deve também dar primazia à convivência ética com a pluralidade cultural que está dentro das salas de aula e fora de seus muros.

O ensino de história, associado a temáticas como direitos humanos, valores humanos, cultura de paz, educação para a paz, sustentabilidade etc. é importante não somente para uma dimensão humanizada dos temas estudados, mas imprescindível para a formação do indivíduo, que deve se perceber como agente da história em sintonia com a diversidade de culturas, de ideias, de orientação afetivo-sexual etc.

Finalizando, esperamos que as reflexões, as experiências e as perspectivas apontadas neste texto contribuam efetivamente para o ensino das temáticas afro-indígenas, como propõem as leis mencionadas, e para uma educação humanizada, centrada na experiência da convivência ética e equidade social.

Referências Bibliográficas

BARROS, Paulo Sérgio. Educação e espiritualidade: o uso de técnicas introspectivas em sala de aula. In: MATOS, Kelma S. L. (Org.). *Cultura de Paz, ética e espiritualidade II*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

_____. Atmosfera de valores: o princípio do Programa Vivendo Valores na Educação. In: MATOS, Kelma S. L.; NONA-



- TO JÚNIOR, Raimundo (Orgs.). *Cultura de Paz, ética e espiritualidade*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- BARROS, Paulo Sérgio; BARREIRA, Lilia Cristian. Princípios para um mundo sustentável: a educação fundamentada em valores. In: MATOS, Kelma S. L. (Org.). *Cultura de Paz, ética e espiritualidade III*. Fortaleza: Edições UFC, 2012.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MONDAINI, Marcos. Direitos humanos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Novos temas na aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MORIN, Edgar. *Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo: Cortêz, 2005.
- NAPOLITANO, Marcos. Cultura. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Novos temas na aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2010.
- RIBEIRO, Álvaro. Princípios filosóficos epistemológicos, didático pedagógicos e éticos que embasam a construção curricular. In: RIBEIRO, Álvaro; LOPES, Ana Lúcia et al. (Orgs.). *Curso de Formação em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Ágere Cooperação em Advocacy/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, 2005.
- ROCHA, Aristeu C. da. *Desafios para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena*. Disponível em: <http://jne.unifra.br/artigos/4811.pdf>. Acesso em: 06 out. 2013.
- SELBACH, Simone (Org.). *História e didática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- SILVA, Edson. *O ensino de história indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008*. Revis-

ta História hoje, v. 1, n. 2, p.213-223, 2012. Disponível em: <http://rhhj.anpuh.org/ojs/index.php/RHHJ/issue/view/RHHJ%2C%20v1%2C%20n2>. Acesso em: 06/Out./2013.

TILLMAN, Diane. Living green values. Disponível em: <http://www.livingvalues.net/green.html>. Acesso em: 06/Out./2013.

